



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

TEMA PARA REFLETIR:

POR QUE FALAR AINDA EM AVALIAÇÃO?

A razão de criar na página da PROEN o Mural Pedagógico foi para que pudéssemos dialogar por meio de diferentes caminhos.

A nossa primeira conversa foi na oportunidade de criação do mural com o texto “Um desafio Motivador”, que teve como base os indicadores de Gestão Acadêmica através do Relatório de Gestão ano 2009, 2010, 2011 e 2012. Através desse texto, buscamos construir um caminho para dialogarmos com os campi que constituem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, sobre os índices de evasão e abandono que têm sido apresentados nesses indicadores de Gestão.

Ao reforçar o convite a toda comunidade acadêmica do IFMT para que envie material para que o mural esteja sempre alimentado com diferentes ideias e concepções pedagógicas é que voltamos aqui para mais um bate-papo, e desta vez vamos refletir um pouco sobre avaliação.

Retomamos aqui a importância dessa ação pedagógica que é o ato de avaliar, buscando contribuição de uma publicação organizada por Marlene Carrero Grillo e Rosana Maria Gessinger, professoras da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande Do Sul- PUCRS, lançado em 2010 pela EDIPUCRS.

A apresentação inicial do livro faz referência à importância de avançarmos na direção de tornar a avaliação um processo mais aberto e coerente com as exigências dos novos tempos da formação profissional e humana. E tomamos a liberdade de apresentar os temas em um conjunto de dez capítulos que contempla o título do livro “POR QUE FALAR AINDA EM AVALIAÇÃO?”

O primeiro capítulo traz: “Especificidade da Avaliação que convém conhecer”; na sequência “Questões sobre avaliação da aprendizagem: a voz do professor”; na continuidade aborda “Critérios de Avaliação a serviço da aprendizagem”; traz também para refletir “Auto avaliação: por que e como realizá-la?”; trata ainda de: “Avaliação em ambientes on-line”; “O uso pedagógico do cinema como estratégias para explorar e avaliar filmes em sala de aula”; discute ainda “As diferentes formas de expressão da Aprendizagem”; como também “Contribuições para elaboração de questões de respostas livres” e “Contribuições para elaborações de questões objetivas”. Sem pretensão de esgotar o assunto Grillo e Gessinger afirmam que:

Os textos que constituem esta publicação não têm origem aleatória; pelo contrário, pretende constituir um todo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

orgânico ainda que se fundamentem em questionamentos e dúvidas suscitadas na relação dialógica com docentes sobre a problemática da avaliação em diferentes oportunidades. (2010, p. 9)

As autoras acreditam ainda que seu trabalho tem o objetivo de ampliar fronteiras e criar novas relações; fortalecer a relação entre a necessidade de não separar teoria e prática entre outras. Entendemos a avaliação como uma ação inerente entre o ato de ensinar a aprender.

Convidamos todos para conhecer o material que se encontra no site da PUCRS cujo endereço é: www.pucrs.br/porquefalaraindaemavaliacao.pdf

Para este espaço continuar com um sabor elaborado, selecionamos uma conversa entre muitas do professor Dermeval Saviane que esteve recentemente aqui em Cuiabá no VI Congresso Nacional de História da Educação. Nessa conversa do professor Saviani com a revista Educação ele afirma: Educação é a força Motriz da Economia. É o papel que o autor de Escola e Democracia e História das Ideias Pedagógicas no Brasil defende para a educação brasileira. Uma boa leitura.

Um dos nomes mais respeitados pelos docentes brasileiros, Dermeval Saviani, professor aposentado da Universidade de Campinas, foi um dos vencedores do Prêmio Jabuti de 2008 (na área de educação), com o livro História das Ideias Pedagógicas no Brasil (Autores Associados, 2007). Na obra, percorre as práticas educacionais desde os jesuítas até os tempos atuais, que classifica como “produtivista”. Autor também de Escola e Democracia, livro em que lançou a pedagogia histórico-crítica e que ganhou edição comemorativa de 25 anos, Saviani credita a má qualidade do ensino ao baixo investimento e à falta de prioridade para a educação. E vê no PDE uma boa iniciativa, por se preocupar com a qualidade, mas questiona o fato de o Estado não assumir suas responsabilidades, dividindo-as com outras esferas sociais. Leia, a seguir, a entrevista.

Como o senhor vê o cenário pedagógico brasileiro após a adoção dos instrumentos de avaliação, como o Saeb, dos anos 90 para cá?

Trato desse assunto no último capítulo do meu livro. Abordo as ideias pedagógicas no contexto atual, mostrando as orientações que vêm numa linha muito fragmentada, mas com um fundo comum dado pela visão "produtivista" da educação, que a articula com as demandas do mercado. Daí a busca de resultados e a organização dos sistemas de avaliação em âmbito nacional, do trabalho com estatísticas, que também se revelam importantes para responder à pressão internacional para mostrar esses resultados. Se o país não está bem situado, isso é considerado para a obtenção de financiamentos internacionais e para o controle que a União exerce sobre estados e municípios quanto



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

ao repasse de recursos. Essa visão do produtivismo e da busca de resultados está muito associada às ideias pedagógicas atuais.

Mas esses parâmetros não têm produzido melhora de qualidade da educação. Qual o grande nó da questão?

Há dois fatores fundamentais. O principal, determinante do outro, é a questão do financiamento. Há aí uma incoerência entre o discurso e os procedimentos da política educacional. Há um consenso hoje de que a educação é o fator mais importante numa sociedade do conhecimento, porque quem não o domina fica para trás. Portanto, os países cuja educação tem uma qualidade sofrível perdem competitividade, pois a mão-de-obra deixa a desejar. Os políticos dizem que [em função disso] não alcançamos um bom patamar de desenvolvimento, reforçamos as desigualdades e prolongamos a situação de deficiências nos vários níveis. Mas, apesar de esse ser o discurso dominante, não se investe de forma correspondente. Isso não ocorre em função do produtivismo. Utiliza-se um princípio aplicado desde o regime militar: a busca do máximo de resultados com o mínimo de dispêndio. Então, esse é o primeiro aspecto que interfere na qualidade da educação. Caso se investisse de forma maciça em educação, como fizeram outros países, teríamos condições de resolver o problema. A Coreia do Sul, durante 20 anos, investiu 10% do PIB em educação e saiu do estágio em que se encontrava - próximo ao do Brasil de uns 20 anos atrás - e se tornou um dos principais países, tanto no aspecto educacional como no desenvolvimento econômico.

Um investimento dessa ordem seria o suficiente para que tivéssemos esse ganho?

Creio que sim. Na discussão do Plano Nacional de Educação, logo após a aprovação da LDB, em 1996, minha proposta era duplicar imediatamente o percentual do PIB investido em educação, passar dos 4% para 8%, e aí nos situaríamos no âmbito dos países que mais investiam. Os dados do MEC na época mostravam que Estados Unidos, Suécia e Noruega, Austrália investiam entre 7,5% e 8,5%. Com uma diferença: eles continuavam investindo esse percentual do PIB com um sistema já instalado e a Educação Básica universalizada, com o analfabetismo erradicado e tendo uma economia bem mais forte do que a nossa. Como o Brasil se atrasou - os principais países universalizaram seus sistemas de ensino na virada do século 19 para o 20 - deveríamos investir mais, como fez a Coreia do Sul. Se partíssemos do patamar de 10%, estaríamos sinalizando vontade política para resolver o problema. Fiz um exercício com os 8%, mostrando que dobrando os recursos de estados, municípios e União, poderíamos começar a resolver vários dos problemas, inclusive começar a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

implantar a jornada de tempo integral para os professores, o que influiria no aspecto pedagógico.

E por que não foi aprovado?

Na época, se disse que isso era inexequível, que o país tinha muitas necessidades, que áreas como saúde, segurança e infraestrutura também precisavam de investimentos. Mas a educação não compete com esses setores. É uma questão de definir o eixo do projeto de desenvolvimento nacional. Se a educação é o eixo e se investe maciçamente, a partir dela os outros setores serão beneficiados. Que é o que se fez com o automóvel no início do século 20. O modelo de desenvolvimento dos países capitalistas foi centrado no automóvel, a partir dele se desenvolveram a construção civil, a infraestrutura de transportes, dinamizou-se a economia, ainda que com os efeitos colaterais negativos, como a verticalização das cidades e a poluição. Caso se invista em educação, se dinamizará a economia a partir da educação. Se espalharmos escolas pelo país e povoarmos essas escolas de professores e funcionários ganhando bem, estimulando a escolha dessas carreiras, haverá uma qualidade docente melhor, pois as pessoas mais bem formadas vão querer ser professores. Os candidatos a professor vão se dispor, como ocorre com a medicina, a investir na sua formação. No lugar da política de hoje, que procura reduzir o tempo de formação de professores para dois anos e os coloca rápido para dar aulas, teríamos cursos de formação longa. Quem vai se dispor a ter uma formação longa para ganhar os salários miseráveis que hoje vigoram? Se recebessem bons salários, que implicariam reconhecimento social da profissão, os jovens também teriam interesse em investir tempo e recursos para se formarem como professores. E, se ganharem bem, vão consumir e pressionar o comércio para haver mais bens para atender a essa demanda. O comércio pressiona a agricultura e a indústria para produzir mais, o que resolve os problemas do desemprego e da segurança, pois as crianças na escola não estarão sujeitas ao assédio do tráfico. Então, esse é o primeiro aspecto, a questão do financiamento.

E o segundo?

Diz respeito ao funcionamento das escolas, e aí as ideias pedagógicas têm certo peso, as concepções pedagógicas. As que estão circulando hoje são ideias que, por conta dessa visão pragmática de atendimento imediato ao mercado, põem em posição secundária os conhecimentos básicos, os conhecimentos científicos. A visão pós-moderna desconfia da ciência. A ideia de que a ciência produz conhecimentos sólidos é relativizada, pois esse conhecimento está sujeito a dúvida e contestações, portanto não é [visto como] qualitativamente superior ao conhecimento de senso comum ou



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

religioso. Essas ideias entram nas escolas e levam os professores a achar que não precisam formar bem os alunos, pois esses conhecimentos se equivalem.

Não estamos caindo numa armadilha ao valorizar em excesso o "aprender a aprender" e ao depreciar o conhecimento e sua capacidade formativa?

A ideia de que as crianças, pela sua própria vivência, podem chegar a conhecimentos mais elaborados é inconsistente. A ideia de aprender a aprender, no sentido de que as crianças devem se desenvolver para a autonomia, é pedagogicamente importante. Entendo, como afirmava o filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937), que o processo educativo vai da anomia à autonomia pela mediação da heteronomia. Na heteronomia entra o papel da educação, a importância dos adultos, dos professores em dar direções, indicar o que é secundário e o que é essencial, quais são os conhecimentos fundamentais a serem dominados, a partir dos quais as novas gerações ganharão autonomia. Caso se acredite que, a partir de suas próprias vivências e das relações entre si as crianças vão desenvolver conhecimentos elaborados, sistemáticos, ficaremos nesse lusco-fusco, nesse início de verdade e de erro que é o senso comum, que está posto e invadindo as escolas. Somam-se a essas ideias as condições precárias de trabalho dos professores, que vão para as escolas e têm de trabalhar com número grande de alunos, em condições de violência, de pressão do tráfico, salários baixos e essas ideias diluidoras. Que qualidade podemos atingir com isso? Inevitavelmente, os resultados, do ponto de vista do domínio do conhecimento, da formação educativa, serão precários.

O senhor é favorável à ideia de um sistema nacional de formação de professores?

Há uma ideia central pela qual venho me batendo desde que me formei, em 1966. Minha tese de doutorado foi sobre o conceito de sistema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o título de Educação brasileira: estrutura e sistema, em que mostro que não existe sistema educacional no Brasil. Desde então, defendo a importância da organização de um sistema nacional de educação, o que implica organizar a educação em âmbito nacional, sob a coordenação da União, e envolvendo estados e municípios. Agora, quando o MEC se propõe a organizar um sistema nacional de formação de professores, isso faz sentido e podemos considerar que é um passo. O problema é que essas coisas acabam sendo feitas de forma atropelada e fragmentada. Em lugar de caminhar para um sistema nacional de educação - e no seu interior a formação de professores seria necessariamente organizada em âmbito nacional -, a União toma uma decisão unilateral e envolve a Capes, que já vinha fazendo esse trabalho em nível de pós-graduação (a avaliação), mas faz isso de forma justaposta. Cria no âmbito da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

Capes um Conselho de Educação Básica, mantendo o de Educação Superior, e convida umas 30 pessoas para integrar esse conselho. Quais as suas atribuições? Dar sugestões, fazer propostas para a organização da Educação Básica. Os recursos da Capes não são discutidos aí, e sim no Conselho da Educação Superior. Não faz sentido ter dois conselhos. Quem vai formar professores? Não é a Educação Básica, é a Superior. Então, essas questões não permitem considerar plenamente válidas essas iniciativas.

Mas o senhor crê que é preciso criar uma matriz comum para a formação de professores?

A educação escolar está ligada ao desenvolvimento e ao acesso da população a um saber sistematizado, de base científica. Para ter acesso a um saber não elaborado, a população não precisa de escola, parte de suas próprias vivências. A cultura letrada não se aprende de forma espontânea, tem de haver processos sistemáticos, formais, e o papel fundamental da escola é esse. Os currículos têm de ser organizados levando em conta esse dado e buscando selecionar, no conjunto dos conhecimentos elaborados da cultura letrada, os elementos fundamentais que permitam às crianças e aos jovens, adquirindo-os, ingressar nesse universo e ganhar autonomia para serem capazes de por si próprios aprender e conhecer outros aspectos.

Como o senhor define qualidade em educação?

Não é uma pergunta fácil, mas há parâmetros, até mesmo nas avaliações, para aferir a questão da qualidade. Claro que são parâmetros relativos e podem ser discutidos. No entanto, se tomarmos a educação escolar como tendo o objetivo principal de permitir o ingresso na cultura letrada, via alfabetização, e a partir daí, o domínio dessa cultura, via apropriação dos conhecimentos sistematizados, veremos que os componentes principais dessa cultura, dados pelo currículo da escola elementar - o domínio da língua, dos cálculos matemáticos, das ciências da natureza e das ciências sociais - são referências para as avaliações, tanto nacionais como internacionais. Então, diríamos que a escola é qualitativamente satisfatória quando permite o domínio desses conhecimentos, e é mais desenvolvida quando permite melhor o domínio desses conhecimentos, e não é tão desenvolvida quando fica na média e permite isso apenas em graus intermediários ou reduzidos. A condição para se atingir níveis melhores de qualidade de ensino é a preparação dos professores. Desconfio de cursos que estabelecem metas específicas que podem ser definidas mês a mês, semestre a semestre ou ano a ano, porque os jovens não vão adquirir uma formação consistente por esse procedimento. É preciso fazer com que vivenciem um ambiente de rico, intenso e exigente estímulo intelectual. Se a universidade dispuser desse ambiente, os jovens terão uma formação sólida, e vão atuar nas escolas nessa mesma direção.

Fonte: Revista Educação, Publicado em 12/11/2008.